



Por Demetrius Oliveira e Ricardo Rinaldi

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 9 de fevereiro de 2023, ocorreu na Câmara dos Deputados o “Encontro com a Indústria de Defesa”, oportunidade em que foram discutidas pautas e proposições da indústria armamentista.

Durante o evento, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) defendeu a flexibilização de armas e munições, ressaltando políticas implementadas durante o Governo Bolsonaro. O parlamentar destacou em seu discurso que a política de amplo acesso às armas foi a responsável por diminuir as taxas de violência, uma vez que possibilitou o direito de defesa da população. Eduardo Bolsonaro indicou que realizará proposições para restabelecer as normas que foram revogadas, além disso pediu auxílio da população para que assinem requerimentos de urgência para que tais projetos sejam votados em Plenário.

O deputado Marcos Pollon (PL-MS) ressaltou a necessidade de que haja participação popular, que as pessoas defendam perante os parlamentares aquilo que precisam. Apontou que a urgência é reivindicar o direito de existir, a atividade comercial e o esporte. Finalizou pedindo calma para que a situação seja resolvida da melhor forma possível.

A deputada Júlia Zanatta (PL-SC) defendeu o aumento dos clubes de tiro e a defesa dos direitos daqueles que buscam o acesso à armas. Apontou que, com os Decretos do atual Governo, a Indústria de armas e munições saiu de um momento de defesa da liberdade para a defesa dos empregos e das famílias que vivem desses empregos.

Participaram do evento os deputados Sanderson (PL-RS), Rafael Pezenti (MDB-SC), Capitão Alden (PL-BA), Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), Sargento Gonçalves (PL-RN), Silvia Waiãpi (PL-AP), Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS). Também, estavam presentes no evento prefeitos, vereadores e atuantes da Indústria e esportistas. Entre os discursos mais relevantes, destaca-se o pronunciamento majoritário de que é necessário buscar apoio nas bases parlamentares componentes do bloco de centro, possibilitando a aprovação de proposições que terão oposição do governo federal.

Na quarta-feira (8), a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de resolução 15/2023 que cria cinco comissões permanentes por desmembramento das funções de outras comissões já existentes. A mudança nas comissões era uma das pautas de importância para o presidente Arthur Lira.

Com isso, passará a existir na Casa as seguintes Comissões: Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, desmembrada da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; Comissão da Saúde, vinda da Comissão de Seguridade Social e Família; Comissão do Trabalho, surgida da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público; Comissão de Desenvolvimento Econômico, a partir da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e Comissão de Comunicação, surgida da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Com esse desmembramento, além da migração de atribuições específicas, os nomes de comissões remanescentes também mudarão. É o caso da Comissão de Seguridade, que passará a se chamar Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família. Além disso, a Comissão de Direito Humanos e Minorias passará a ser

Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial e a Comissão de Ciência e Tecnologia será denominada Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Com relação à presidência das comissões, a previsão nos bastidores é de que o PT consiga manter o cargo na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). O nome mais cotado é do Deputado Rui Falcão (PT-SP).

A eleição de Rui Falcão para a CCJC depende, todavia, de acordos com as bases parlamentares, que negociam postos relevantes na Câmara. A maior ameaça é do PL, que até o momento busca garantir o comando da comissão, o que poderia impor derrotas regimentais ao governo no próximo biênio, entre 2024 e 2025. As projeções futuras, ao seu turno, indicam que o PP garantirá a presidência da comissão em 2024, o que obrigará o governo manter sua base de apoio ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), coesa.

SENADO FEDERAL

No Senado Federal, Vanderlan Cardoso (PSD-GO) já confirmou que ocupará a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O parlamentar foi vice-presidente da comissão em 2022 e, ocupou a presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Em 2019, Vanderlan votou a favor do decreto de armas do Ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Outra Comissão Permanente que já tem favorito à presidência é a Comissão de Educação (CE). De acordo com o senador Jorge Kajuru (PSB-GO), a Comissão será presidida por Flávio Arns (PSB-PR). O senador tem histórico de apoio à política de Bolsonaro em favor do acesso às armas, recomendando, todavia, aprimoramento das leis armamentistas. Arns votou contra o decreto de Jair Bolsonaro, ocasião em que defendeu prerrogativa do Congresso Nacional de legislar sobre o tema, garantindo amplo debate com a sociedade.

Outra importante Comissão, a CMO (Comissão Mista de Orçamento) elege seus presidentes por meio de revezamento entre Câmara e Senado. Neste ano, a Comissão será presidida por um senador. A tendência é de que assume o posto um parlamentar do PL. Já a relatoria deve ficar com um deputado da base aliada do governo. A CMO é a responsável por votar a lei orçamentária anual (LOA) 2024.

Os rumores acerca da permanência do senador Davi Alcolumbre (União-AP) à frente da CCJ mantêm-se fortes. O posto foi objeto de disputa entre a oposição e a base parlamentar do presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A oposição derrotada na eleição da Casa, todavia, promete apresentar nome capaz de derrotar Alcolumbre.

O PT, MDB e PSD demonstraram interesse em presidir a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Há consenso que a Comissão deve ficar na base do governo, podendo servir de moeda de troca, em caso de consenso. Sai na frente da corrida o MDB, que apoiou o governo na eleição de Pacheco.

O PT, por sua vez, deve manter duas indicações, para presidir a Comissão de Relações Exteriores (CRE), também disputada pelo MDB, e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Caso ceda ao MDB o posto, o PT indicará representante para assumir a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

MINISTÉRIOS E PLANALTO

Em 30 de janeiro de 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou a Portaria nº 299/2023, que altera a sistemática do cadastramento de armas no país. A norma estabeleceu prazo de até 60 (sessenta) dias, contados de 1º de fevereiro de 2023, para efetivação do cadastro.

Desde a publicação da Portaria, muitos parlamentares manifestaram posição contrária à medida. Eduardo Bolsonaro, por exemplo, informou que não irá realizar o cadastramento porque suas armas já possuem todos os documentos necessários. Bolsonaro, inclusive, aconselhou em discurso realizado na Câmara que a população procure advogados para que sejam impetrados habeas corpus preventivos, que garantam o direito daqueles possuidores de cadastro. A medida, todavia, não teria viabilidade jurídica, por não ser o meio cabível de impugnação.

Caso não haja o cadastramento, nos termos da portaria, o armamento poderá ser apreendido, o que consistirá ilícito administrativo. De acordo com o veículo de imprensa Portal Poder 360, em nove dias, 38.513 armas foram recadastradas no Brasil.

Ainda segundo o portal, o Brasil registra aproximadamente 4,4 milhões de armas de fogo em estoques particulares, sendo 2,8 milhões em acervos particulares com registros ativos no Sigma e no Sinarm. O veículo tem prestígio entre a base do governo, sendo comumente utilizado como fonte em discursos parlamentares.

Outra manifestação que reverberou no Congresso Nacional, o Ministro da Justiça e de Segurança Pública, Flávio Dino, concedeu entrevista à imprensa nacional afirmando que irá “acabar com medidas desenfreadas que foram tomadas nos últimos anos”. Esportistas e registros atualizados, todavia, deverão permanecer.